

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** segunda-feira, 13 de fevereiro de 2012 12:48  
**Para:** jcnogueira@odebrecht.com; mameri@odebrecht.com  
**Cc:** rogerio@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Assunto:** RES: Jantar com FP

Mameri,  
Depois quero lhe passar minha impressão sobre este pessoal da indústria farmacêutica (me encontrei por acaso com um deles na 6ª)

**De:** Joao Carlos Mariz Nogueira  
**Enviada em:** quinta-feira, 9 de fevereiro de 2012 17:45  
**Para:** Marcelo Bahia Odebrecht; Luiz Antonio Mameri  
**Cc:** Rogerio Luis Murat Ibrahim; Carlos Fadigas  
**Assunto:** RES: Jantar com FP

**1) Sobre Cuba (RB já está atualizado):**

- a) FP gostou da Ilha, pensa que país é sólido do ponto de vista institucional e que manterá os compromissos assumidos com o Brasil.
- b) Está empenhado na possibilidade de concessão de novos créditos (600 milhões em 4 anos para infra-estrutura) e na solução do ACC Indireto para viabilizar o Mais Alimentos (Cuba e África), cujo ajuda-memória segue em anexo (já está com FP).
- c) Entende que a Linha do Mais Alimentos (Proex/BB - concessional e ainda a ser operacionalizada) não se confunde (nem ocupa espaço) das linhas do BNDES de crédito oficial à exportação, de Governo a Governo (tanto a atual quanto a futura, se implementada a nova de 600mi);
- d) Mencionou que o eventual investimento em biotecnologia (setor de fármacos) poderia se dar via uma terceira linha (internacionalização de empresas/BNDES);
- e) Voltará à Ilha em abril para discutir os temas acima e pediu nosso apoio para agenda;
- e) MO passou para ele a percepção da reunião com a Eurofarma (LAM e AA) de que o interesse deles está mais para comprar os princípios ativos e não propriamente desenvolver tais princípios em/com os cubanos (uma percepção de que "se não for conosco, não irão": MO, corrija-me se estiver cometendo alguma imprecisão).

**2) BRK (ML já está atualizado):**

- a) "Guerra dos Portos": irá se resolver na volta do recesso do Congresso, pois a base aliada já teria instruções da PR DR e a Ministra Ideli irá priorizar o tema ("atropelado no final do ano passado por conta da DRU").
- b) Provocou MO sobre um estudo de viabilidade para a retomada da produção de barrilha no Brasil (hoje 100% importada, após a desativação de Álcalis e da Alcanorte).

O resto da conversa foi basicamente sobre avaliação do cenário econômico e político do Brasil. Falou-se também da crise européia e das expectativas sobre a COSBAN (o Brasil deve pedir restrição voluntária das exportações chinesas e cota para exportação de bens industriais chineses...).

Mencionou, lateralmente, que quer elaborar um pacote de apoio ao comércio exterior no qual a nossa agenda relacionada ao FGE (vinculado ao MDIC) esteja contemplada – tema do nosso acompanhamento cotidiano.

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** quinta-feira, 9 de fevereiro de 2012 17:05  
**Para:** Luiz Antonio Mameri; Joao Carlos Mariz Nogueira  
**Cc:** Rogerio Luis Murat Ibrahim; Carlos Fadigas  
**Assunto:** Re: Jantar com FP

JCN: favor atualizar LM e CF.  
Mas diria que nada de relevante

**From:** Luiz Antonio Mameri  
**Sent:** Thursday, February 09, 2012 01:48 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht; Joao Carlos Mariz Nogueira  
**Cc:** Rogerio Luis Murat Ibrahim  
**Subject:** Jantar com FP

Algo que vcs dois queiram comentar referente ao tratado no jantar?

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Enviada em:** domingo, 2 de outubro de 2011 18:52

**Para:** jcnogueira@odebrecht.com; cmf@odebrecht.com

**Cc:** mameri@odebrecht.com; newton.souza@odebrecht.com;

ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03

**Assunto:** GUERRA FISCAL x GUERRA DOS PORTOS

Joao.

Mandei a nota abaixo anexa ao Ministro Mantega que havia me pedido de modo a esclarecer a diferenca entre os dois temas, hoje discutidos de forma conjunta/anloga no Supremo e no Congresso.

Fiquei tambm de enviar ao Ministro Pimentel. Veja como fazer chegar as mos dele. Qq necessidade de esclarecimento procurar o pessoal da Braskem. Ao se misturar os 2 temas como hoje, os Portos Incentivados acabam pegando carona nos interesses de preservar os demais incentivos

CMF: veja tb como usar esta nota



## GUERRA DOS PORTOS x GUERRA FISCAL

### Guerra Fiscal

A concessão de benefícios tributários estaduais (ICMS) tem sido, há décadas, o mecanismo utilizado pelos Estados brasileiros para atração de investimentos privados. Essa prática permitiu o desenvolvimento de alguns Estados localizados em regiões menos favorecidas do país, já que se exige, em contrapartida aos benefícios concedidos, que as empresas realizem investimentos e gerem empregos locais.

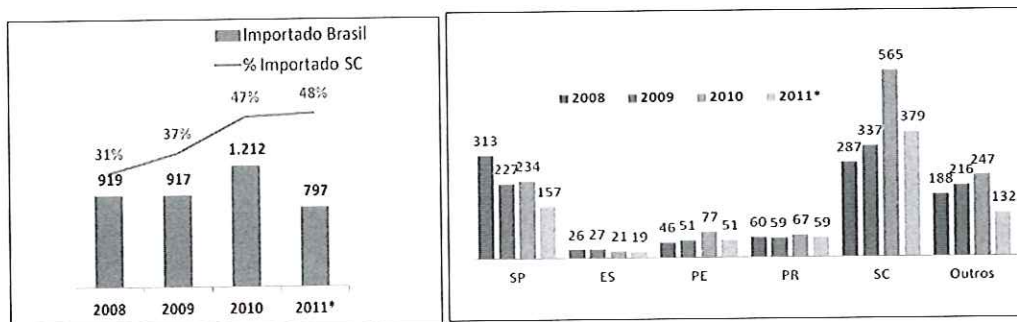
Trata-se de uma situação estrutural, praticada por quase todos os Estados da Federação, decorrente do modelo de tributação (origem x destino) adotado no Brasil para o ICMS e da necessidade de incentivos que induzam a instalação de investimentos do setor produtivo em locais mais afastados dos grandes centros consumidores.

Essa questão vem sendo tratada e deve ser solucionada no âmbito das propostas de Reforma Tributária, pois demanda: (a) estudo de fundo de compensação para Estados que sofrerão perda de arrecadação com a mudança do modelo do ICMS da origem para o destino; (b) mecanismos que mantenham a capacidade de atração de investimentos para regiões distantes dos grandes centros e mais carentes em infra-estrutura; e (c) manutenção da competitividade dos investimentos já realizados nessas regiões, evitando um processo de desindustrialização. Para os dois últimos pontos, estuda-se a substituição dos incentivos estaduais por incentivos federais.

### Guerra dos Portos

A denominada Guerra dos Portos, por outro lado, consiste na concessão de incentivos fiscais à importação, por meio de crédito presumido ou diferimento do pagamento do imposto (ICMS) no Estado de entrada da mercadoria importada, gerando para o importador que realiza operações interestaduais um ganho de até 12% do valor da operação (comumente 9%), já que nessas operações o comprador tem direito a tomar um crédito de 12% e o vendedor tem uma alíquota efetiva bem menor (comumente 3%).

Essa prática não tem o efeito de atração de investimentos do setor produtivo e de geração de empregos para o Estado que concede os incentivos. Pelo contrário, ao proporcionar uma vantagem competitiva aos produtos importados, tem se transferido empregos e investimentos do Brasil para o exterior. O quadro abaixo, por exemplo, demonstra o crescimento exponencial das importações de produtos petroquímicos. Santa Catarina, que apresenta o maior volume de importações incentivadas nesse setor, já representa quase 50% do total importado em 2010 e 2011.



Fonte: Alice web  
\* Até Julho/2011

Trata-se, desse modo, de situação conjuntural, praticada por poucos Estados (SC, PR, ES e PE) e que favorece investimentos oportunistas e sem compromissos de desenvolvimento regional, num momento de valorização cambial e de crise econômica internacional.

O problema demanda uma solução com eficácia imediata, tendo em vista: (a) os graves danos que vem causando à economia nacional; (b) que os incentivos estão restritos a poucos Estados; e (c) que não há investimentos do setor produtivo incentivados por tais benefícios.

### **Conclusão**

A Guerra Fiscal e a Guerra dos Portos são institutos distintos, que demandam tratamento diferenciado, dado o grau de nocividade desta última e a urgência de solução que ela requer.

Com a prática da Guerra dos Portos, não se fala mais em transferência de capitais e de empregos entre Estados brasileiros, o problema agora está na exportação de investimentos, empregos e lucros industriais, transferidos do Brasil para o exterior.

Embora distintos, os dois institutos recebem o mesmo tratamento pelo Judiciário, já que o STF tem decidido pela inconstitucionalidade de todos os incentivos fiscais não aprovados pelo CONFAZ (órgão que exige a deliberação unânime dos 27 Estados da Federação), o que reforça a necessidade da adoção de medidas pelo Executivo e Legislativo que levem em consideração as suas peculiaridades.

### **Proposta de equacionamento**

Atualmente, há no Senado o Projeto de Resolução nº 72/2010 que estabelece alíquota de 0% do ICMS, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior. Com isso, o benefício fiscal concedido ao importado seria eliminado.

Recentemente, essa proposta recebeu uma emenda, acatada pelo Senador Delcídio Amaral, que dilata os efeitos da Resolução no tempo de forma escalonada em 10% (01/2012), 7% (01/2013), 4% (01/2014) e 2% (01/2015), restando pendente a deliberação conclusiva desta Casa Legislativa.

Não obstante a demanda por uma solução mais efetiva e com eficácia imediata, o escalonamento no tempo pode ser uma saída negociada para o problema da Guerra dos Portos. Contudo, no atual cenário de dificuldade cambial e de crise econômica internacional, não é possível adiar a solução para o ano de 2014. É preciso que se antecipe para 2012 a vigência da alíquota de 4%, progressivamente reduzida a 2% no ano seguinte.

Em relação à Guerra Fiscal, é preciso que se avance nas discussões da Reforma Tributária e nos mecanismos de compensação aos Estados e de manutenção da competitividade dos futuros e atuais investimentos realizados em regiões mais afastadas dos grandes centros.

----- Original Message -----

From: Marcelo Bahia Odebrecht

Sent: Wednesday, November 30, 2011 02:06 PM

To: Carlos Fadigas; Claudio Melo Filho

Falei com GM. Esta totalmente engajado em resolver ate o final do ano. Disse que ja falou com Juca.

-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 30 de novembro de 2011 17:21

Para: ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03; cmf@odebrecht.com

Assunto: Re:

Agora temos que ir com tudo.

CMF: veja com Juca se GM esta mesmo firme conforme me disse. Ele me disse que orientou RJ a botar para votar este ano.

Ademais veja se tem alguem com quem preciso atuar.



-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: terça-feira, 6 de dezembro de 2011 21:22

Para: ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03; cmf@odebrecht.com

Assunto: Portos

Peguei agora no evento da Istoe o Mantega, Jacques Wagner e o Pimentel e os 2 ultimos me ajudaram com o 1o (GM). GM me garantiu que ja deu a orientacao forte para Juca no tema (Pimentel acha que ele esta ainda batento fofo). Agora eh cobrar de Juca.



-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht  
Enviada em: quinta-feira, 8 de dezembro de 2011 13:19  
Para: ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1; cmf@odebrecht.com;  
ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03; ebezerra@odebrecht.com;  
ESC/CN=RECIPIENTS/CN=MARCEA051  
Assunto: RES: RES: Portos 2012

No s plasticos, tb ao e txtil para no ficarmos na vitrine.  
Alm do que lembro que fica difcil com isto proteger nossos clientes, e que esta mais uma  
bandeira do ES que SC

-----Mensagem original-----

De: MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]  
Enviada em: quinta-feira, 8 de dezembro de 2011 13:04  
Para: Marcelo Bahia Odebrecht; Claudio Melo Filho; Carlos Fadigas; Eduardo Bezerra; Marcelo  
Lyra  
Assunto: RES: RES: Portos 2012

Mas d para trabalhar com ambas as hipteses. At porque a depender do modo de implementao  
da PRS 72, se os Estados ditos prejudicados no estiverem plenamente atendidos, podem  
querer questionar a constitucionalidade da PRS 72 no STF. Parecem-me baixas as  
probabilidade de sucesso, mas se excludem da lista PP e PE ficamos livres desta batalha

-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht [mailto:mbahia@odebrecht.com] Enviada em: quinta-feira, 8 de  
dezembro de 2011 11:41  
Para: Claudio Melo Filho; CARLOS FADIGAS; Eduardo Bezerra; MAURICIO ROBERTO DE C.  
FERRO; MARCELO LYRA  
Assunto: Re: RES: Portos 2012

Nao eh a melhor, mas em ultimo caso...

----- Original Message -----

From: Claudio Melo Filho  
Sent: Thursday, December 08, 2011 08:22 AM  
To: Marcelo Bahia Odebrecht; Carlos Fadigas; Eduardo Bezerra; Mauricio Ferro; Marcelo Lyra  
Subject: RES: Portos 2012

verdade.

Me esqueci de comentar que a teses de excluso nos estados dos itens que nos interessa....foi  
levado pela Min Ideli na reunio com os lderes ontem. Mas eu disse que no uma grande sada  
pois fica parecendo que esto atendendo a poucos e s os grandes. E que esta parecendo jogo de  
cena...para ganhar tempo.

-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quinta-feira, 8 de dezembro de 2011 11:08

Para: Claudio Melo Filho; Carlos Fadigas; Eduardo Bezerra; Mauricio Ferro; Marcelo Lyra

Assunto: Re: Portos 2012

Nao podemos baixar a pressao. Ate para forcar acerto em fevereiro. Mas ainda com esperanca

----- Original Message -----

From: Claudio Melo Filho

Sent: Thursday, December 08, 2011 07:58 AM

To: Carlos Fadigas; Eduardo Bezerra; Mauricio Ferro; Marcelo Lyra

Cc: Marcelo Bahia Odebrecht

Subject: Portos 2012

Senhores,

Por solicitacao-orientacao efetiva do Governo, dada de forma clara pelos Min Faz/GM e Min Coor Poltica/Ideli o assunto foi transferido para Fevereiro, com o seguinte compromisso:

1. Ate final do Ano Min Fazenda far o Programa para atender SC e S. Neste fato sugiro Ferro acompanhar e apertar o andamento;
2. Na retomada do Senado, Fev/12, seria conduzido e votado no regime do urgncia, se item 1 tiver sido resolvido;

Leitura minha conjunta com RJ: a Fazenda "bateu fofo"; Ideli trabalhou pela terra dela; esta ltima alegou estar alinhada com Pr D para esta deciso, tendo como pano de fundo a aprovao da DRU que se dar em 2 Turno somente na Sesso da ltima semana.

Conversei com vrios lideres, mas todos tiveram que aderir a posio do Gov, pois a causa DRU pararia o Pais.

Ontem na minha conversa com Giannetti eu havia sinalizado por ai, mas mantive a chama. Temos que deixa-lo focado, pois ser importante para que se faca o Acordo Faz x ES/SC.

Abs

Claudio

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informaes confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilizao, cpia e divulgao no autorizadas desta mensagem so expressamente proibidas. Se voc recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negocio, sob nenhuma hiptese estes podero ser considerados como acordo definitivo ou novao a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Enviada em:** terça-feira, 3 de janeiro de 2012 15:31

**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03

**Cc:** amaro@odebrecht.com; lguidolin@odebrecht.com; newton.souza@odebrecht.com; fjens@odebrecht.com; placerda@odebrecht.com; cmf@odebrecht.com; hilberto@odebrecht.com

**Assunto:** Prioridades especificas PA DP

Fadigas,

Estas foram as prioridades que coloquei no meu PA em relao a Braskem:

- ▶ (Re)negociao contrato Nafta e Comperj com Petrobras
- ▶ Proteo da cadeia do plstico (destaque portos incentivados)
- ▶ “Chacoalhar” a organizao e a delegao praticada

Preo Nafta, Comperj e Portos Incentivados (bem como outras protees necessrias as importaes) faro a diferenca do resultado do ano. E temos que ser agentes atuantes (e hbeis) para isto acontecer, sem desgaste poltico e ou com a Petrobras.

Para mudar as vezes precisamos exagerar. Arrisque confiando nas pessoas e despriorizando os processos. Pelo porte e dominancia de mercado da Braskem se ela no se reinventar (na relao com clientes, nos servios e nos produtos) ser “consumida” assim como foram Xerox, IBM e tantas outras empresas que dominaram seus mercados. “Monopolio” um incentivo/risco posturas inadequadas.



**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** terça-feira, 10 de janeiro de 2012 10:49  
**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Cc:** cmf@odebrecht.com  
**Assunto:** RES: Guerra dos Portos - Valor A3

Vai na linha do que falamos e o próprio Casagrande me disse. Acho que publicamente no uma solução que devemos/podemos defender pois escolhe alguns perdedores e ganhadores. Concordo que melhor que nada. Quanto a inserir nossos clientes já tinha falado com Mantega. Muita coisa ainda vai rolar e voltamos, se necessário, no momento apropriado para tentar enquadrar nossos clientes se esta for mesmo a linha (a questão como definir os produtos de nossos clientes).  
Veja que pelo e-mail que lhe mandei do Sergio ele se volta dia 16/2. Entendo eu por conta do cancelamento da mulher

**De:** CARLOS FADIGAS [mailto:carlos.fadigas@braskem.com.br]  
**Enviada em:** terça-feira, 10 de janeiro de 2012 09:33  
**Para:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Cc:** Claudio Melo Filho  
**Assunto:** Guerra dos Portos - Valor A3

Marcelo, uma reportagem com o Casagrande na página A3 do Valor fala da articulação que ele vem fazendo com o GM para manter a alíquota interestadual de ICMS dos Importados (Guerra dos Portos). O ponto positivo que ele fala abertamente de excluir alguns setores e cita a petroquímica (mas não cita plásticos). Você acha que tem a oportunidade de conversar com o GM antes de sua viagem?

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novo ou a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

Before printing, please think about your responsibility and commitment to the environment.

This message may contain confidential and privileged information. Unauthorized use, copy or disclosure of this message is expressly prohibited. If you received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message outright. If this message and its attachments contain terms and conditions under negotiation, they shall not be deemed as a definitive agreement or supersede any other arrangement that may exist between the parties.



**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** quinta-feira, 2 de fevereiro de 2012 03:21  
**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Cc:** cmf@odebrecht.com  
**Assunto:** Re: RES: Portos

Assunto resolvido em fevereiro. 1a ou 2a prioridade.  
Depois dou mais detalhes.  
FP foi um parceria!

**From:** CARLOS FADIGAS [mailto:carlos.fadigas@braskem.com.br]  
**Sent:** Wednesday, February 01, 2012 05:26 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Subject:** RES: Portos

O Alessandro Teixeira propôs que sobre Portos você **não aborde a PR pedindo apoio**, pois isso vai estressar a PR. Melhor caminho é **agradecer a prioridade que o Governo tem dado a solução dos Portos, expressando confiança que tema será resolvido no congresso na volta do recesso.**

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Enviada em:** sexta-feira, 24 de fevereiro de 2012 16:33

**Para:** cmf@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03

**Assunto:** RES: GM - Alerta o CN sobre a Guerra dos Portos

E olhe que Armando Monteiro é de PE, um dos estados que praticam incentivos

**De:** Claudio Melo Filho

**Enviada em:** sexta-feira, 24 de fevereiro de 2012 10:55

**Para:** Carlos Fadigas; Marcelo Bahia Odebrecht

**Assunto:** Fw: GM - Alerta o CN sobre a Guerra dos Portos

Senhores,

Pela primeira vez o GM fala de forma aberta.

**From:** Eduardo Bezerra

**Sent:** Friday, February 24, 2012 07:33 AM

**To:** Claudio Melo Filho

**Subject:** GM - Alerta o CN sobre a Guerra dos Portos

Claudio,  
PSC, matéria sobre o alerta do Mantega ao CN para a Guerra Fiscal nos portos.  
Ab.,

20/02/2012 - 08h41  
IMPOSTOS

## **Guido Mântega alerta para Guerra Fiscal nos portos brasileiros**

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pediu ao Congresso Nacional apoio para fazer a economia crescer a 4,5%. Ele destaca a importância dos ajustes fiscais, principalmente as alíquotas que evitam percentuais de impostos diferentes em portos diferentes.

Armando Monteiro, senador do PTB-PE, disse que o Congresso vai apoiar o governo para levantar a indústria. Segundo ele, os incentivos em excesso fazem crescer a busca por empregos fora do país, uma vez que a geração de trabalhos no Brasil cai.

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** sexta-feira, 9 de março de 2012 21:34  
**Para:** cmf@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1  
**Cc:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Assunto:** Re: PRS 72 - Conceito de Industrialização

Outra coisa. GM me disse que Dornelles continua perturbando

**From:** Claudio Melo Filho  
**Sent:** Friday, March 09, 2012 06:30 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht; Mauricio Ferro  
**Cc:** Carlos Fadigas  
**Subject:** Re: PRS 72 - Conceito de Industrialização

Mauricio,  
Ótimo os esclarecimentos.  
Então o Sen Ciro/Goias e Sen Cassio/PB tinham razão. Me ajudou, pois me comprometi em ajudá-los, sem na reunião ter convicção de que eu poderia, sem nos atrapalhar, por isso lhe fiz a consulta.

Marcelo, 100% entendido seu comentário.

Abs

Claudio

**From:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Sent:** Friday, March 09, 2012 06:04 PM  
**To:** Mauricio Ferro  
**Cc:** Carlos Fadigas; Claudio Melo Filho  
**Subject:** Re: PRS 72 - Conceito de Industrialização

Lembre que temos que proteger não apenas as resinas, mas também nossos clientes. Entendo que é de total interesse nosso apoiá-los.

**From:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]  
**Sent:** Friday, March 09, 2012 05:30 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Cc:** Carlos Fadigas; Claudio Melo Filho  
**Subject:** PRS 72 - Conceito de Industrialização

Conversei com o Paulo Francini da Fiesp. A redação atual do PRS nos atende (estou recheando com a time de linha), mas a preocupação deles faz sentido para parte da indústria, principalmente aquela que atua na montagem e transformação (brinquedos, óculos, têxtil, etc...).

A redação sugerida pela Fiesp também nos atende (irão perguntar se contarão com o nosso apoio). Há, inclusive, uma emenda mais agressiva que sugere um conteúdo mínimo nacional de 60% para que o produto seja considerado industrializado.

Para sua capacitação, segue abaixo o atual conceito de industrialização do IPI adotado pela PRS.

### **Industrialização:**

I – a que, exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova (transformação);

II – a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);

III – a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);

IV – a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria (acondicionamento ou reacondicionamento) – **ESTE PROCESSO ESTÁ EXCLUÍDO EXPRESSAMENTE PELO PRS 72;**

V – a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou acondicionamento).

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

Before printing, please think about your responsibility and commitment to the environment.



**De:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Enviada em:** sexta-feira, 9 de março de 2012 21:05

**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1

**Cc:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03; cmf@odebrecht.com

**Assunto:** Re: PRS 72 - Conceito de Industrialização

Lembre que temos que proteger não apenas as resinas, mas também nossos clientes. Entendo que é de total interesse nosso apoiar.

**From:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]

**Sent:** Friday, March 09, 2012 05:30 PM

**To:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Cc:** Carlos Fadigas; Claudio Melo Filho

**Subject:** PRS 72 - Conceito de Industrialização

Conversei com o Paulo Francini da Fiesp. A redação atual do PRS nos atende (estou recheando com a time de linha), mas a preocupação deles faz sentido para parte da indústria, principalmente aquela que atua na montagem e transformação (brinquedos, óculos, têxtil, etc...).

A redação sugerida pela Fiesp também nos atende (irão perguntar se contarão com o nosso apoio). Há, inclusive, uma emenda mais agressiva que sugere um conteúdo mínimo nacional de 60% para que o produto seja considerado industrializado.

Para sua capacitação, segue abaixo o atual conceito de industrialização do IPI adotado pela PRS.

### **Industrialização:**

I – a que, exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova (transformação);

II – a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);

III – a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);

IV – a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria (acondicionamento ou reacondicionamento) – **ESTE PROCESSO ESTÁ EXCLUÍDO EXPRESSAMENTE PELO PRS 72;**

V – a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou recondicionamento).

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

Before printing, please think about your responsibility and commitment to the environment.

This message may contain confidential and privileged information. Unauthorized use, copy or disclosure of this message is expressly prohibited. If you received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message outright. If this message and its attachments contain terms and conditions under negotiation, they shall not be deemed as a definitive agreement or supersede any other arrangement that may exist between the parties.

---

Esse e-mail foi verificado pela MessageLabs Email Security System.

Para mais informações visite  
<http://www.messagelabs.com/email>

---

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht

**Enviada em:** terça-feira, 13 de março de 2012 16:35

**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03; ebezerra@odebrecht.com; cmf@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=MARCEA051; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1

**Cc:** freis@fozdo brasil.com

**Assunto:** Re: Res: Futuro líder no Senado defende ICMS "por segmento"

Tb acho ruim. Mas se esta for a linha precisamos garantir o nosso lado.

CMF/FR: assim que possivel/conveniente importante o encontro com ele

**From:** CARLOS FADIGAS [mailto:carlos.fadigas@braskem.com.br]

**Sent:** Tuesday, March 13, 2012 02:29 PM

**To:** Eduardo Bezerra; Claudio Melo Filho; Marcelo Lyra; Mauricio Ferro; Marcelo Bahia Odebrecht

**Subject:** Res: Futuro líder no Senado defende ICMS "por segmento"

Essa posicao eh muito ruim. Traz uma discussao interminavel sobre setores e aliquotas, alem de poder deixar nossos clientes descobertos. Vejam a argumentacao de construcao civil, bate direto em PVC.

---

**De:** Eduardo Bezerra <ebezerra@odebrecht.com>

**Para:** Claudio Melo Filho <cmf@odebrecht.com>; MARCELO LYRA; CARLOS FADIGAS; MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO; CARLOS HENRIQUE PARENTE DE BARROS; MAURICIO DANTAS BEZERRA; RENATA BLEY DE SOUZA

**Enviada em:** Tue Mar 13 15:15:34 2012

**Assunto:** Futuro líder no Senado defende ICMS "por segmento"

PSC

**Assunto:** [VALOR] - Futuro líder no Senado defende ICMS "por segmento"

Há 21 minutos

**Futuro líder no Senado defende ICMS "por segmento"**

Por Raquel Uihôa | Valor

**BRASÍLIA** - O futuro líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), que vai substituir Romero Jucá (PMDB-RR) na função a partir de amanhã, defende um ponto de vista diferente na discussão da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais sobre mercadoria importada. Ao Valor, Braga disse que a alíquota deve ser definida "por segmento" e não simplesmente uniformizada para todos os produtos importados.

Braga, que prefere falar apenas como senador, até que o Palácio do Planalto torne oficial sua escolha, defende o projeto de resolução que reduz e uniformiza o ICMS - de autoria de Jucá - como ação para combater a "desnacionalização" da indústria, mas acha que a medida não deve ser tomada para todos os produtos, indiscriminadamente.

"A desindustrialização brasileira está ficando clara. E esses corredores com incentivos a produtos finais têm contribuído para a desnacionalização da nossa indústrias. No entanto, precisamos analisar com muita cautela o que vamos fazer", disse.

Um exemplo dado por ele é o caso da construção civil. Afirmou que hoje o material importado (piso, revestimento, etc.) tem sido fundamental para manter o custo do metro



quadrado baixo, o que viabiliza, inclusive, projetos como o Minha Casa, Minha Vida. "Portanto, o governo terá que fazer obviamente ações para colocar um freio na desnacionalização da indústria brasileira, mas, ao mesmo tempo, tem que tomar muito cuidado para que, ao fazer isso, não haja um problema de abastecimento e de preços em determinados setores, como o da construção civil."

Braga já conversou sobre isso com a presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, o governo vai "fechar a porta" dos incentivos fiscais à importação, mas poderá haver alíquotas diferenciadas por mercadoria - e não a uniformização em 4%, que é a última proposta em negociação entre equipe econômica e Senado.

A proposta original de Jucá fixava a alíquota do ICMS de importação em 0%. Segundo ele, essa alíquota até pode ser fixada, mas para "determinados segmentos nos quais o Brasil tem condições de produção para abastecer mercado interno e não pressiona a inflação para cima".

*(Raquel Ulhôa/Valor)*

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

Before printing, please think about your responsibility and commitment to the environment.

This message may contain confidential and privileged information. Unauthorized use, copy or disclosure of this message is expressly prohibited. If you received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message outright. If this message and its attachments contain terms and conditions under negotiation, they shall not be deemed as a definitive agreement or supersede any other arrangement that may exist between the parties.

---

Esse e-mail foi verificado pela MessageLabs Email Security System.

Para mais informações visite

<http://www.messagelabs.com/email>

---



-----Mensagem original-----

De: Marcelo Bahia Odebrecht

Enviada em: quarta-feira, 14 de março de 2012 00:31

Para: cmf@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03;  
ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=MARCEA051;  
ebezerra@odebrecht.com; jcfilho@odebrecht.com

Assunto: Re:

Alguns poucos pontos

Acho que Robson e outros lideres patronais tem comparecer em pessoa a audiencia.

Acho bobagem nao se falar com Eduardo Braga, ate porque ele nao vai na 1a ir contra um projeto apoiado pelo governo.

Comentario mais amplo: acho ruim este projeto ser visto como de "de governo". Este projeto tem que ser visto como de interesse muito mais amplo.

----- Original Message -----

From: Claudio Melo Filho

Sent: Tuesday, March 13, 2012 09:53 PM

To: Carlos Fadigas; Mauricio Ferro; Marcelo Lyra; Eduardo Bezerra; Jose de Carvalho Filho

Cc: Marcelo Bahia Odebrecht

Subject:

Senhores,

Vamos a percepcao de pessoas:

Juca:

A) tranquilo e entende que o PRS 72 vais ser o primeiro teste de fogo do novo lider. Estara ao lado para apoia-lo;

B) acordo com o PMDB mantido, e o Sen Renan ja delegou ao Sen Juca a conducao do assunto. Estive com os dois.

Sen Gim,

Conntinua como Vice Lider - entende que depois da declaracao do Min GM o assunto sera aprovado "goela abaixo";

Sen Cassio Cunha Lima - com quem estive inicio da noite. Ele, que presidiu a Casa hoje brevemente, fez comentarios sobre o tema e amanha fara discurso no Plenario clamando pela aprovacao.

Questoes extra Senado:

1) O Marco Polo (Aco Brasil), apos conversa com o Nelson Barbosa, disse que o governo no entrarah em acordo de compensacoes com os estados afetados;

2) A conversa do Casagrande com o Guido Mantega na segunda seria para "cumprir tabela";

3) No estah definida a disposicao dos convidados mas ficou certo de que as audiencias serao mistas, discutindo os assuntos da CCJ e CAE simultaneamente (informacao dada pelo Senador Armando Monteiro);

4) Ontem fechei o apoio do ex Pres. STF Carlos Veloso - amanha devo receber a proposta, mas ja alinhei com Fiesp/Gianetti; Marco Polo/Aco Brasil; Vladson/CNI que iremos ratear este custo.

5) O grupo formado pelo Cristiano Buarque (Acao Empresarial), Marco Polo, Robson (Presidente da CNI), apoiado por alguns Senadores, falarah amanha com algumas liderancas: Eunicio, Aecio, Delcidio, Jucah, Sarney e outros a confirmar;

6) O Senador Armando defendeu que o grupo no deve conversar com o Senador Eduardo Braga;

7) O Robson falarah amanha com o Ministro Carlos Veloso. O Ministro o substituirah na lista de convidados da audiencia; esta e uma estrategia que adotamos, mas confesso que nao sei se eh a melhor. Aguardo sugestoes??

OBS: o que todos voces querem ouvir: Eu continuo firme para resolver em Marco ou inicio de Abril.

Abracos a todos.

Claudio

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** domingo, 25 de março de 2012 13:10  
**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Assunto:** Re: Paulo Skaf / Fiesp amanhã

Tenho compromisso antes (talvez chegue ate 15 min atrasado). A conversa eh sobre a mobilizacao da PRS 72. Precisamos depois da minha exposicao botar a cara de outros esta semana.

**From:** CARLOS FADIGAS [mailto:carlos.fadigas@braskem.com.br]  
**Sent:** Sunday, March 25, 2012 09:40 AM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Subject:** Paulo Skaf / Fiesp amanhã

Não sei qual a nossa agenda amanhã com Paulo Skaf. Quer ir no mesmo carro à FIESP ou nos encontramos lá?

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida. Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

Before printing, please think about your responsibility and commitment to the environment.

This message may contain confidential and privileged information. Unauthorized use, copy or disclosure of this message is expressly prohibited. If you received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message outright. If this message and its attachments contain terms and conditions under negotiation, they shall not be deemed as a definitive agreement or supersede any other arrangement that may exist between the parties.

---

Esse e-mail foi verificado pela MessageLabs Email Security System.  
Para mais informações visite  
<http://www.messagelabs.com/email>

---

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** segunda-feira, 26 de março de 2012 18:43  
**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1;  
ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Assunto:** Re: ENC: PRS 72

Mais do que o mais amplo. Temos que acompanhar para assegurar que não tirem o que colocamos.

**From:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]  
**Sent:** Monday, March 26, 2012 04:19 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht; Carlos Fadigas  
**Subject:** ENC: PRS 72

Para conhecimento

**De:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO  
**Enviada em:** segunda-feira, 26 de março de 2012 17:19  
**Para:** 'arebelo@fiesp.org.br'  
**Assunto:** PRS 72

Caro Andre,

Conforme conversamos, segue abaixo a última minuta que temos do texto da PRS 72 .  
Veja que ela já contempla o conceito da industrialização inserido na legislação do IPI e inclui expressamente neste conceito, a alteração da apresentação do produto pela colocação, em embalagem, ainda que em substituição da original. De qualquer forma, se a Fiesp liderar um conceito de industrialização mais amplo contará com nosso apoio.

Abraço,

Mauricio Ferro

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.  
Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.



---

**Assunto:** Paulo Skaf; Fadigas  
**Local:** Fiesp (Av. Paulista, 1313 - 14º andar)

**Início:** seg 26/03/2012 09:30  
**Fim:** seg 26/03/2012 10:30

**Recorrência:** (nenhuma)

**Organizador:** Marcelo Bahia Odebrecht

Secretária (11) 3549-4304.

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** segunda-feira, 26 de março de 2012 18:43  
**Para:** ESC/CN=RECIPIENTS/CN=FERRO1;  
ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Assunto:** Re: ENC: PRS 72

Mais do que o mais amplo. Temos que acompanhar para assegurar que não tirem o que colocamos.

**From:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO [mailto:mauricio.ferro@braskem.com.br]  
**Sent:** Monday, March 26, 2012 04:19 PM  
**To:** Marcelo Bahia Odebrecht; Carlos Fadigas  
**Subject:** ENC: PRS 72

Para conhecimento

**De:** MAURICIO ROBERTO DE C. FERRO  
**Enviada em:** segunda-feira, 26 de março de 2012 17:19  
**Para:** 'arebelo@fiesp.org.br'  
**Assunto:** PRS 72

Caro Andre,

Conforme conversamos, segue abaixo a última minuta que temos do texto da PRS 72 .  
Veja que ela já contempla o conceito da industrialização inserido na legislação do IPI e inclui expressamente neste conceito, a alteração da apresentação do produto pela colocação, em embalagem, ainda que em substituição da original. De qualquer forma, se a Fiesp liderar um conceito de industrialização mais amplo contará com nosso apoio.

Abraço,

Mauricio Ferro

Antes de imprimir, avalie a real necessidade e pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. A utilização, cópia e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e apagando-o em seguida.

Caso esta mensagem e anexos contenham termos em negociação, sob nenhuma hipótese estes poderão ser considerados como acordo definitivo ou novação a qualquer pacto eventualmente existente entre as partes.

**De:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Enviada em:** quarta-feira, 28 de março de 2012 22:12  
**Para:** bjunior@odebrecht.com; ESC/CN=RECIPIENTS/CN=CARLOS03  
**Cc:** cmf@odebrecht.com  
**Assunto:** Re: Enc: Fundap

Exatamente oque Sen Delcidio nos disse

**From:** Benedicto Barbosa da Silva Junior  
**Sent:** Wednesday, March 28, 2012 07:19 PM  
**To:** Carlos Fadigas  
**Cc:** Marcelo Bahia Odebrecht  
**Subject:** Enc: Fundap

**De:** Danilo Ribeiro  
**Enviada em:** Wednesday, March 28, 2012 12:47 PM  
**Para:** Sergio Luiz Neves  
**Cc:** Benedicto Barbosa da Silva Junior  
**Assunto:** Fundap

PARA CONHECIMENTO,

## Sucessão no ES contamina debate sobre novo ICMS de importados

Segundo parlamentares que têm acompanhado a discussão de perto, dificuldade para o governo federal chegar a proposta satisfatória para o ES teria como pano de fundo a corrida pelo Executivo estadual em 2014

22 de março de 2012 | 16h 39

Ricardo Brito, da Agência Estado

BRASÍLIA - Uma disputa política entre senadores capixabas e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), tem contaminado as articulações para seja aprovado logo o projeto de Resolução 72/2010, como quer o governo federal. A proposta acabaria com a chamada guerra dos portos ao unificar as alíquotas de ICMS interestadual na comercialização de produtos importados. Segundo dois parlamentares ouvidos pela Agência Estado que acompanham as negociações de perto, a dificuldade para o governo federal chegar a uma proposta satisfatória para o Espírito Santo, Estado mais prejudicado com a adoção da alíquota única, teria como pano de fundo a corrida pelo Executivo estadual em 2014.

Na discussão do projeto, Casagrande tem se empenhado desde o ano passado em construir um acordo político que permita ao Estado, em caso de mudança da alíquota, ter compensações do governo federal, como obras de infraestrutura, e uma regra de transição até o final da década. Tem sido essa a tônica das conversas dele com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com os senadores



envolvidos em fechar o acordo para votação da proposta o mais rápido possível pelo Senado.

Por outro lado, os senadores capixabas Ricardo Ferraço (PMDB) e Magno Malta (PR) têm sido dois dos parlamentares que mais reclamam publicamente contra qualquer acerto com o governo federal para votar a proposta. Com a concordância do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Ferraço desde novembro passado conseguiu retirar o projeto da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para levá-lo para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Quer discutir a constitucionalidade.

Nas duas audiências públicas ocorridas esta semana com a presença de governadores, juristas e representantes de trabalhadores e das indústrias, ficou claro para os parlamentares que Ferraço votará pela derrubada do projeto por considerar que, entre outros argumentos, deveria ser votado via projeto de lei complementar em vez de projeto de resolução do Senado. Pelo primeiro trâmite, a proposta tem de ser aprovada por maioria absoluta dos senadores e também dos deputados.

Magno Malta, por sua vez, também tem repudiado qualquer aceno positivo. No momento em que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, defendia na audiência pública da última terça-feira, 20, a imediata aprovação da Resolução 72, Malta gritou alto: "Só que você não tem voto aqui".

Na avaliação de senadores, o posicionamento radical dos dois teria como pano de fundo a sucessão de Casagrande. O governador é sempre um potencial candidato à reeleição e, com a mudança, um acordo político em que o Espírito Santo não perca receita será uma vitória política para ele. Eleitos em 2010 para um mandato de oito anos, Ferraço e Malta poderiam concorrer à disputa estadual em 2014 e, se perderem a disputa, voltariam para o Senado. Por isso, na opinião de um parlamentar ouvido, eles estariam "esticando a corda". A atitude estaria emparedando Casagrande, ao ter que garantir compensações cada vez mais sólidas.

Em meio a essa disputa, senadores aliados pretendem agilizar a votação do projeto. "Vou pedir para o Ferraço apresentar o voto dele já na próxima semana", afirmou Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da CCJ do Senado. "O assunto já foi bastante debatido, é hora de votar", disse Romero Jucá (PMDB-RR), o ex-líder do governo e autor do projeto ao final das audiências.

Se Ferraço não apresentar seu parecer logo, ou se propor a inconstitucionalidade do projeto, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) deve apresentar um voto em separado para aprovar a resolução na CCJ. Nos bastidores, Eunício e o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), ainda trabalham com a hipótese de, por um recurso regimental, remeter o projeto para votação diretamente em plenário. Essa saída, contudo, só será usada se a proposta demorar muito para ser votada.